



Crise política e eleições municipais 2016: análise da cobertura jornalística no portal Estado de Minas

Eliane Grazielle Estevão¹

Resumo: O artigo objetiva analisar a cobertura jornalística das eleições municipais 2016 pelo portal Estado de Minas; mapear e analisar em que momentos os termos “crise política” e “*impeachment*” aparecem nas matérias e o enquadramento dado a esses assuntos.

Palavras-chave: Crise Política; *Impeachment*; Eleições Municipais; Portal Estado de Minas; Cobertura Jornalística.

1 Introdução

O ano de 2016 é marcado pelas eleições municipais, em um cenário político bastante conturbado e polarizado, devido à crise política no país, em detrimento dos casos de corrupção, *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff (PT), cassações de mandatos e escândalos envolvendo políticos nas esferas federal, estadual e municipal.

Em meio a esse panorama, este artigo tem como objetivo analisar a cobertura jornalística no portal Estado de Minas em relação às eleições municipais 2016. Em específico, mapear e analisar em que momentos os termos “crise política” e “*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)” aparecem nas matérias, bem como o enquadramento dado a esses assuntos, no que diz respeito aos enquadramentos noticiosos e enquadramentos interpretativos.

Assim, definiu-se como *corpus* matérias publicadas na seção de Política do portal Estado de Minas, pertencente ao maior grupo de comunicação do estado e com posicionamentos políticos bem explícitos com relação ao *impeachment*. O recorte temporal para a coleta de dados compreende o período de 1º de julho a 3 de outubro de 2016.

Com base em uma pesquisa exploratória, identificou-se que o portal divulga, diariamente, matérias de política, a maioria sobre o cenário nacional, em meio a elas, notícias sobre as eleições municipais nas quais são estabelecidas relação com a crise política nacional e com o *impeachment*.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. estevaoliane@gmail.com.

A proposta justifica-se pela relevância do estudo que busca apreender a relação entre mídia e política em um contexto democrático, bem como pela lacuna existente nas investigações acerca da cobertura jornalística das eleições municipais em portais de notícias, uma vez que a maioria das pesquisas existentes aborda a disputa presidencial. Além disso, este estudo tem uma singularidade em relação aos demais, pois o atual contexto político é atípico: em ano eleitoral, o país vive uma crise política de tamanha repercussão e, concomitantemente ao pleito municipal, a política nacional é evidenciada pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Destaca-se que a votação do primeiro turno das eleições municipais 2016, realizada no dia 2 de outubro, ocorreu dois dias após o julgamento final do processo de *impeachment* no Senado, que se encerrou em 31 de agosto. Um acontecimento dessa magnitude, certamente, traz influências para as eleições municipais e acirra a disputa, impacto este que será analisado neste artigo.

2 Contextualização do atual cenário político

As eleições municipais no Brasil, desde 1988, ocorrem dois anos depois das eleições federais, para escolher os prefeitos/vices e vereadores. Em 2016, o primeiro turno do pleito ocorreu no dia 2 de outubro, em 5.568 municípios do país; 55 cidades brasileiras tiveram o segundo turno, no dia 30 de outubro. Chamadas de “eleições intermediárias”, ocorrem justamente na metade dos mandatos dos cargos majoritários nacionais e estaduais. Nas eleições municipais, os números são convocados “para uma tentativa de diálogo com as duas outras dimensões da política”. (LAVAREDA, 2011, p. 11).

De modo distinto dos últimos anos, as eleições municipais 2016 transcorreram em um cenário de turbulências na política nacional, em meio a uma das mais graves crises vividas no país e foi impactada pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

A mídia tem mostrado, desde 2014, os desdobramentos dessa polarização política. Manifestações realizadas nos dias 15 de março e 12 de abril reuniram milhares de brasileiros contrários ao governo do PT, que protestaram de diversas formas, por meio de movimentos nas ruas e nas redes sociais, contra os escândalos e denúncias envolvendo a classe política.

As eleições municipais 2016 disputaram espaço com vários acontecimentos polêmicos e marcantes, em um período conturbado do processo de *impeachment* da ex-presidente da República, além de denúncias contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, suspeitas de corrupção por parte de líderes da Câmara Federal e do Senado, bem como outros impasses, atrelado a tudo isso, a crise econômica com suas consequências, como aumento do desemprego, falta de recursos financeiros para investimentos e

ações governamentais, alta taxa de recessão, queda nos rendimentos, inflação nos produtos básicos, aumento de tarifas de serviço público, dentre outros agravantes.

Ainda nesse ambiente polarizado, tem se destacado na mídia a Operação Lava Jato², as diversas prisões de líderes políticos influentes do alto escalão federal, além de cassações de mandatos. Percebe-se que todo esse contexto tem aumentado o descrédito e pessimismo por parte da população em relação à classe e às instituições políticas, o que refletiu diretamente nas urnas, como será mostrado nas análises da cobertura das eleições municipais 2016.

De acordo com Westin (2016), quatro presidentes da República já sofreram *impeachment*. As duas primeiras destituições ocorreram em 1955, quando os deputados e senadores votaram pelo impedimento dos ex-presidentes Carlos Luz e Café Filho. Em 1992, aconteceu o famoso caso do afastamento de Fernando Collor de Mello. Agora, em seu segundo ano de mandato, a ex-presidente Dilma Rousseff perdeu o cargo, após votação na Câmara Federal e no Senado.

O caso do *impeachment*³ teve início logo que Dilma Rousseff foi reeleita, em outubro de 2014, e começaram os protestos por parte dos opositores do governo. Em fevereiro de 2015, a Petrobras se tornou alvo da Operação Lava Jato e teve início uma série de denúncias de corrupção, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os desvios na estatal. No mês de março, o Supremo Tribunal Federal recebeu da Procuradoria Geral da República pedidos de abertura de inquérito para investigar políticos suspeitos de envolvimento no esquema.

Em maio de 2015, um pedido de *impeachment* foi protocolado na Câmara dos Deputados por Integrantes do Movimento Brasil Livre. Em junho do mesmo ano, as contas do governo apresentaram indícios de irregularidades e o Tribunal de Contas da União (TCU) concedeu prazo para Dilma Rousseff explicar os casos identificados como “pedaladas fiscais⁴”. Enquanto isso, as denúncias na Operação Lava Jato, como propina, crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, aumentavam e envolviam novos líderes políticos, com algumas prisões.

Uma pesquisa do Datafolha, divulgada no dia 6 agosto de 2015, mostrou que 71% dos entrevistados reprovavam o governo Dilma, considerada a pior taxa da história da pesquisa, superior aos 68% de reprovação ('ruim' e 'péssimo') registrados em 1992 pelo governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. No dia 16 de agosto, os brasileiros contrários ao governo do PT voltaram às ruas e pediam o fim da corrupção, a renúncia ou *impeachment* de Dilma Rousseff.

² A Operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve, com estimativa de desvio de bilhões de reais dos cofres da Petrobras, maior estatal do país. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 5 out. 2016.

³ As informações da cronologia do *impeachment* estão disponíveis no portal G1: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/da-eleicao-ao-impeachment/>>.

⁴ Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>>. Acesso em: 5 out. 2016.

No mês de outubro de 2015, foi reaberta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma ação do PSDB para a impugnação dos mandatos de Dilma e do então vice-presidente da República, Michel Temer, sob acusação de suposto abuso de poder nas eleições de 2014. Além disso, o TCU recomendou que o Congresso reprovasse as contas do governo de 2014, devido às irregularidades apontadas. Ainda em outubro, parlamentares de oposição ao governo entregaram à presidência da Câmara dos Deputados um pedido de *impeachment*.

Já em dezembro de 2015, foi autorizada a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Após diversas divergências e embates no cenário político nacional, em março de 2016, Dilma e o ex-presidente Lula foram denunciados na Operação Lava Jato por envolvimento no esquema da Petrobrás. Ainda nesse mesmo mês, foram escolhidos os 65 integrantes da comissão especial que analisou o pedido de *impeachment*. A comissão foi eleita por 433 votos a favor e apenas 1 contra. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou na Câmara, também em março, o 12º pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

Em abril de 2016, dois novos pedidos de *impeachment* foram enviados à Câmara pelo então vice-presidente, Michel Temer. A comissão especial do *impeachment* na Câmara aprovou, por 38 votos a 27, o parecer do relator e enviou o caso ao plenário. No dia 15 de abril, teve início, na Câmara, o julgamento da abertura do processo de *impeachment* de Dilma, encerrado no dia 17 de abril, com o resultado de 367 votos a favor e 137 contrários. O processo de *impeachment* seguiu para o Senado e foi instaurado em maio, após aprovação por 55 votos a favor e 22 contra, com o afastamento de Dilma por 180 dias. Michel Temer assumiu a Presidência da República.

Após as tramitações legais, com depoimentos de testemunhas e especialistas, em agosto, a comissão especial do Senado recomendou, por 14 votos a 5, que Dilma fosse julgada. No mesmo mês, o relatório da comissão especial que recomendou o julgamento de Dilma pelo Senado foi aprovado, por 59 votos a 21. O julgamento teve início no dia 27 de agosto e durou cinco dias. Dilma Rousseff foi ao Senado se defender, no dia 29 de agosto. Depois de intenso debate entre acusação e defesa, pronunciamentos dos senadores, procedeu-se à votação pelos parlamentares, no dia 31 de agosto de 2016, que culminou no *impeachment*, por 61 votos a favor e 20 contra.

A seguir, é apresentada uma discussão sobre enquadramento, em uma perspectiva da comunicação política, além de uma caracterização do objeto empírico, o portal Estado de Minas, com uma breve descrição do seu posicionamento político para, depois, ser examinado o posicionamento dessa mídia, com o intuito de se chegar aos objetivos propostos de mapear em que momentos os termos “crise política” e “*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)” aparecem nas matérias referentes ao contexto das eleições municipais 2016.

3 A noção de enquadramento

Para analisar o enquadramento da cobertura jornalística do portal Estado de Minas em relação às eleições municipais, é necessário conceituar e caracterizar o termo. Nesse sentido, a proposta é, com base em Porto (2002), examinar tanto os enquadramentos noticiosos, ou seja, “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos [o ‘ângulo da notícia]”, quanto os enquadramentos interpretativos, que são definidos como, “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc”.

Weaver (2007)⁵ apud Mendonça e Simões (2012) demonstra que a noção de enquadramento tem ocupado o lugar de outros conceitos, como o de *agenda-setting*⁶. Conforme esses autores, na operacionalização da análise de enquadramento, o campo da comunicação política se utiliza da vertente voltada para a análise de efeito estratégico ao fazer uma associação entre estudos de *agenda-setting* e *priming*⁷. Reese (2007)⁸ apud Mendonça e Simões (2012), argumenta que os enquadramentos são instrumentos empregados para influir sobre os rumos da opinião pública, ligados, diretamente, às intenções daquele que enquadra, o que se configura como uma estratégia política, como é o caso, por exemplo, das eleições.

Segundo Iyengar (1987⁹, 1991)¹⁰ apud Mundim e Bezerra (2016), os efeitos de enquadramentos midiáticos são identificados em fatos como, ao refletirem os problemas nacionais, os eleitores recorrem a pistas de interpretações disponíveis nos meios de comunicação, em especial, na imprensa, assim, formam suas opiniões, às quais podem ser incorporadas às avaliações feitas por eles a respeito dos candidatos ou partidos políticos, o que interfere em suas decisões eleitorais.

⁵ WEAVER David H. (2007). **Thoughts on Agenda Setting, Framing and Priming**. *Journal of Communication*, 57 (1): 147-147.

⁶ O modelo de agenda-setting destaca-se como uma das principais linhas investigatórias sobre os efeitos cognitivos dos meios de comunicação de massa. In: FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. **A evolução da hipótese de agenda-setting**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Brasília, 2006, p. 47. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2257/3/Formiga,%20F.%20A..pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

⁷ Priming diz respeito ao impacto da cobertura das notícias na ponderação de temas específicos utilizados para a avaliação política. In: FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. **A evolução da hipótese de agenda-setting**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Brasília, 2006, p. 47. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2257/3/Formiga,%20F.%20A..pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

⁸ REESE, Stephen D. (2007). The framing project: a bridging model for media research revisited. **Journal of Communication**, 57 (1): 148-154.

⁹ IYENGAR, S. (1987). Television news and citizens explanations of national affairs. **American Political Science Review**, 81: 815-831.

¹⁰ IYENGAR, S. (1991). **Is anyone responsible? How television frames political issues**. Chicago: University of Chicago Press.

Uma das vertentes de estudos de enquadramento adota como operador a realização de análises de conteúdo, o que será feito neste artigo. Essa metodologia é empregada para analisar enunciados e discursos de diversas naturezas e tem a capacidade de captar o modo como a realidade é por eles enquadrada. O intuito nesse tipo de operacionalização é compreender como os discursos estabelecem molduras de sentido e enquadram o mundo a partir de perspectivas específicas. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012,).

A definição de enquadramento adotada neste estudo será apresentada a seguir e foi escolhida pelo fato de ser considerada como a mais clara e sistemática, segundo Porto (2002):

Os enquadramentos da *mídia* ... organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorreremos às suas notícias. *Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira.* (GITLIN, 1980 apud PORTO, 2002, p. 6; itálicos no original; tradução do autor)¹¹.

Conforme Porto (2002), essa definição de Gitlin (1980) confirma que os enquadramentos são percebidos como recursos que organizam o discurso por meio de algumas práticas específicas. Outro ponto a ser destacado é em relação à cobertura de eleições, quando os jornalistas podem dar enfoque a propostas e posições dos candidatos, o que seria o "enquadramento temático". Porém, os jornalistas podem adotar outros enquadramentos, conforme a tendência em determinado momento, como será visto adiante.

Cefai (2007)¹² apud Mendonça e Simões (2012, p. 191-192) afirma que “a análise das operações de enquadramento é indissociável da análise das situações em que elas são realizadas” e que “a análise de enquadramento diz respeito à organização da experiência na situação”. É nesse sentido que pode-se perceber “o que está acontecendo” em um dado contexto, bem como possíveis mudanças de enquadramentos, a partir do engajamento dos sujeitos. Os referidos autores complementam que os enquadramentos têm uma dimensão política, uma vez que são capazes de atuar na definição de problemas, em diagnósticos de causas, julgamentos morais e em suas soluções.

Essa discussão apresentada a respeito de enquadramento e suas especificidades aponta para o fato de como a mídia define o enfoque adotado em sua cobertura jornalística diária. No campo político, percebe-se isso de maneira evidente, uma vez que envolve, também, o posicionamento dos meios de comunicação, uma questão “partidária”, às vezes explícita, outras de maneira

¹¹ GITLIN, Todd (1980). **The Whole World is Watching**, Berkeley: University of California Press.

¹² CÉFAÏ, Daniel. (2007), **Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective**. Paris, La Découverte/M.A.U.S.S

implícita. Ao definir os “recortes” de cada notícia, os jornalistas, muitas vezes induzidos pelos proprietários dos veículos midiáticos e suas linhas editoriais, fazem enquadramentos que podem favorecer ou prejudicar candidatos e/ou partidos. Neste artigo, será identificado qual ou quais o(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo portal Estado de Minas na cobertura das eleições municipais 2016, além de abordar como a atual crise política e o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foram inseridos nesse contexto.

4 Caracterização do objeto: o portal Estado de Minas

Para proceder às análises da cobertura jornalística das eleições municipais 2016, é preciso, antes, conhecer o objeto de estudo. O portal Estado de Minas pertence ao Grupo Diários Associados¹³, fundado por Assis Chateaubriand, em 1924. Também conhecido como Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associados (D.A), trata-se do terceiro maior conglomerado de mídia do Brasil, sendo que a corporação já foi a maior da história da imprensa brasileira¹⁴.

O portal “em.com.br” é a versão *on line* do jornal Estado de Minas, considerado um dos mais importantes do país, editado pelos Diários Associados desde 7 de março de 1928, com o slogan “O grande jornal dos mineiros”. A versão digital do Estado de Minas passou a figurar em 1995, inicialmente com o caderno de Informática. A convergência das novas mídias com as já tradicionais consolidou o grupo como multimídia.

A versão *on line* do Estado de Minas divulga, diariamente, os conteúdos da edição impressa do jornal e, devido à instantaneidade, por ser uma mídia digital, apresenta vários desdobramentos dos assuntos em pauta e informa em tempo real os acontecimentos. Carrega as marcas da referência do jornal impresso de maior circulação em Minas Gerais e, por isso, é um portal de grande credibilidade e visibilidade. Assim, o portal segue a linha editorial e posicionamentos do jornal impresso, características que serão mostradas a seguir.

De acordo com França (1998), o Estado de Minas era um jornal historicamente ameno, com um jornalismo sem muito posicionamento político e “acrítico”. Mas, com o passar do tempo, percebe-se que isso mudou. O Estado de Minas deixou de ser aquela mídia que queria estar bem com todo mundo, sem se expor muito, compreendida pela neutralidade e falta de posicionamento. O jornal também deixou de ter um caráter regional para ter o enfoque mais abrangente. A política nacional passou a ter mais destaque em detrimento da política local.

¹³ Disponível em: < <http://www.diariosassociados.com.br>>. Acesso em: 5 out. 2016.

¹⁴ Informações disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rios_Associados>. Acesso em: 6 out. 2016.

Em 1929, o jornal Estado de Minas participou de forma ativa da campanha eleitoral para a prefeitura de Belo Horizonte. (FRANÇA, 1998). Esse envolvimento político influencia nos princípios propostos pelo veículo de demonstrar atenção às questões de interesse do Estado, independente de questões pessoais e partidárias. Essa independência seria apenas relativa, conforme França (1998, p. 109), pois tratam-se mais de “manobras estratégicas feitas de alianças e de divórcios, atendendo, em última instância, seus próprios interesses”.

O jornal (inclui-se aqui o portal) apresenta tratamentos diferenciados e privilegiados aos candidatos que o governo apoia nas campanhas eleitorais e publica apenas o que vai ao encontro dos próprios interesses. Existem diversas críticas de praticar um jornalismo institucional, voltado para comunicados e colaboração com as fontes. “Dizia-se que, em períodos eleitorais, as páginas de informação políticas eram compradas pelos candidatos”. (FRANÇA, 1998, p. 110).

A seguir, será apresentada a metodologia de pesquisa adotada neste estudo, com a descrição de como foram selecionadas as matérias para a análise proposta no artigo.

5 Metodologia

O *corpus* deste estudo é constituído por oito matérias publicadas na seção de Política do portal Estado de Minas (em.com.br). A seção se dedica à cobertura jornalística diária da política local, regional, estadual, nacional e internacional.

O recorte temporal de coleta de dados compreendeu o período de 1º de julho, fase da pré-campanha, que abrange o prazo para as convenções partidárias e quando a mídia divulga com frequência as movimentações políticas para o pleito, ao dia 3 de outubro, que engloba a ocasião da campanha eleitoral propriamente dita e resultado do primeiro turno das eleições municipais 2016. As convenções partidárias, até então, eram realizadas entre 10 e 30 de junho, porém, com as mudanças nas regras eleitorais, em 2016, ocorreram entre 20 de julho e 5 de agosto.

Na editoria de Política, encontra-se um sistema de busca que permite definir o período inicial e final do levantamento, além de um local para inserir os termos buscados, a fim de facilitar o filtro das notícias. Um problema detectado é que são localizadas apenas as notícias que apresentam os termos buscados nos títulos, o que demandou, também, uma cuidadosa busca manual, por meio da leitura de matérias que deveriam ser incluídas, ainda que não tivesse mencionado no título os termos “crise política” e “*impeachment*” e, também, para filtrar quais delas estavam relacionadas ao contexto das eleições municipais 2016.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa exploratória no portal Estado de Minas para a definição das categorias de análise. Um fator identificado nessa fase foi a inexistência de uma seção específica dentro da editoria de Política dedicada à cobertura das eleições, o que comumente

é feito em portais de notícias. Como as eleições municipais 2016 ocorreram em um período conturbado, o pleito foi divulgado em meio a várias notícias da política nacional em destaque.

Assim, foi adotado um procedimento quantitativo, quando foi levantado o número de notícias divulgadas na editoria de Política no período definido, de 01/07 a 03/10 de 2016, com o total de 4.458 matérias. Como a pesquisa objetiva mapear e analisar em que contexto aparecem os termos “crise política” e “*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)” em relação às eleições municipais, foram feitas buscas por essas palavras em articulação com o termo “eleições municipais”, a saber: “crise política/eleições municipais” (a busca apresentou apenas uma notícia); “crise/eleições municipais” (foram filtradas 4 notícias); “*impeachment*/eleições municipais” (não foi localizada matérias nessa busca); “*impeachment*/eleições” (filtrada apenas uma notícia, mas referente à proposta de antecipação das eleições presidenciais). Assim, procedeu-se à busca pelos termos isoladamente. Apurou-se o seguinte resultado:

TABELA 1
Número de notícias encontradas por termo pesquisado

Termo pesquisado	Número de notícias 01/07 a 03/10/2016
Eleições	87
<i>Impeachment</i>	309
Crise	12
Dilma	450
PT	176
Total de notícias na seção Política	4.458

FONTE: A AUTORA, 2016.

Ao proceder a uma abordagem qualitativa, por meio desse filtro de notícias, tornou-se necessário incluir a busca pelos termos “Dilma” e “PT”, pois percebeu-se que, na correlação entre os termos pesquisados, muitas vezes, eles se sobrepõem, são usados, inclusive, como sinônimos, assim: crise = *impeachment* = Dilma = PT, no que diz respeito à circulação de sentidos, como se buscará demonstrar adiante. Dessa forma, chegou-se ao número de 12 notícias que apresentam em seus títulos o vocábulo “crise” e 10 em que o termo “*impeachment*” está em articulação com as eleições municipais 2016, conforme a seguir (em negrito, as matérias selecionadas para análise).

TABELA 2
Matérias filtradas na busca pelo termo “crise”

04/07/2016 - Partidos desafiam a crise nas eleições de 2016
23/07/2016 - Crise afasta parlamentares das eleições para prefeito
28/07/2016 - Crise tira ânimo dos jovens eleitores para as eleições de 2016
12/08/2016 - Crise e nova regra reduzem pesquisas
29/08/2016 - Dilma diz que 'crise econômica era precificada, crise política, não'
12/09/2016 - "Vivemos uma crise multidimensional no país", diz Janot
12/09/2016 - Haddad diz que 'classe política' é responsável pela crise econômica
18/09/2016 - Crise política tira partidos tradicionais da liderança nas eleições municipais
19/09/2016 - Crise política domina debate entre candidatos
21/09/2016 - Crise na prefeitura de Ribeirão Preto faz candidatos subirem o tom na campanha
23/09/2016 - Em debate, Marta diz que confia em Temer para tirar o Brasil da atual crise
30/09/2016 - Ministro da Defesa culpa crise econômica por aumento de crimes em campanha

FONTE: A AUTORA, 2016.

TABELA 3
Matérias filtradas na busca pelo termo “*impeachment*”

25/07/2016 - Disputa do <i>impeachment</i> marca convenções em SP
31/07/2016 - No ato pró- <i>impeachment</i> no RS, movimentos pedem voto para candidatos em outubro
10/08/2016 - Haddad: <i>Impeachment</i> deve surgir nos debates, mas foco serão propostas para SP
15/08/2016 - Haddad recua e diz que <i>impeachment</i> de Dilma é 'golpe brando'
28/08/2016 - Analistas explicam os efeitos diretos do <i>impeachment</i> na política
30/08/2016 - Em meio a posts sobre <i>impeachment</i> , PT e PSDB tentam emplacar candidatos
31/08/2016 - Candidatos em São Paulo se manifestam após <i>impeachment</i>
01/09/2016 - Candidatos à PBH se dividem sobre <i>impeachment</i>
02/10/2016 - Primeira eleição após <i>impeachment</i> é destaque na imprensa internacional
03/10/2016 - Ativistas pró e contra <i>impeachment</i> elegem ao menos 13 candidatos no País

FONTE: A AUTORA, 2016.

Do total de 22 matérias¹⁵, oito foram escolhidas para serem analisadas neste artigo, conforme as categorias que serão apresentadas a seguir: (1) crise política e a relação com o descrédito nos políticos e partidos; (2) o uso do termo “*impeachment*” e não “golpe”; (3) antipetismo, uma vez que, segundo foi observado ao fazer o filtro das notícias, *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato), além de ser percebida nas reportagens uma ênfase ao declínio do PT e crescimento do PSDB. Esses contextos se articulam, mas devem ser tratados, também, separadamente, o que será feito a seguir. Para tanto, será adotada como metodologia a análise de enquadramento fundamentada anteriormente.

6 Eleições municipais 2016: em tempos de crise política e *impeachment*

Nesta seção, serão apresentadas análises iniciais da cobertura jornalística das eleições municipais 2016 pelo portal Estado de Minas e a correlação com os termos “crise política” e “*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)”. Conforme a análise feita no portal Estado de Minas, constata-se que, no pleito municipal de 2016, as eleições não foram marcadas por

¹⁵ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado em curso. As 22 matérias irão compor o *corpus* da dissertação.

parcerias entre partidos e não houve continuidade na maioria das prefeituras do país. Esse resultado foi um dos impactos da crise política e do *impeachment* de Dilma Rousseff.

As eleições municipais 2016 transcorreram em um cenário de grave crise econômica e, principalmente, crise política, com escândalos de corrupção (Operação Lava Jato) e afastamento da ex-presidente da República, sendo tal repercussão a tônica da disputa eleitoral.

Os acontecimentos no contexto político nacional foram diariamente veiculados pelo portal Estado de Minas e impactaram a cobertura das eleições municipais. O clima de insatisfação e pessimismo em relação à classe política e partidos foi evidente, o que se confirmou, inclusive, pelo elevado número de abstenções, votos nulos e brancos e ausência dos eleitores no dia da votação do primeiro turno. Esses reflexos podem ser percebidos nas matérias do portal Estado de Minas selecionadas para análise.

Nesse contexto, a matéria “Partidos desafiam a crise nas eleições de 2016”¹⁶, postada no dia 4 de julho, enfatiza que “apesar do descrédito dos políticos” e “apesar da grave crise política”, os partidos tinham a expectativa de ampliar o número de vereadores na Câmara de BH. A notícia também ressalta as dificuldades devido à pulverização partidária. A sigla que esteve em evidência foi o PT, como destaca esse trecho: “No alvo de uma série de investigações e com a presidente Dilma Rousseff (PT) afastada, o PT aposta na história de militância que construiu em BH, que sempre garantiu ao partido uma das maiores bancadas no Legislativo da capital mineira”.

Nessa mesma perspectiva, na manchete “Crise tira ânimo dos jovens eleitores para as eleições de 2016”¹⁷, publicada no dia 28 de julho, fica explícito o descrédito em relação à política no país. O enquadramento noticioso nesse caso foi que mais de 2 milhões de jovens, entre 16 e 17 anos ou recém-chegados à maioridade, estavam aptos ao voto pela primeira vez.

A reportagem teve o intuito de mostrar os dados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições municipais 2016 com relação ao número de eleitores no país. No entanto, o enquadramento foi conduzido para mostrar o descontentamento em relação ao PT, como pode ser comprovado nesse trecho no primeiro parágrafo da notícia ao se referir aos jovens: “Trata-se de uma geração que cresceu sob governos petistas, que se acostumou com uma certa calma econômica, que aprendeu a discutir sexualidade e liberdades individuais sem travas, que mergulhou em seus próprios smartphones e participou da revolução das redes sociais”.

Os dados estatísticos, de que os jovens com 16 e 17 anos correspondem a 1,6% do total (2,3 milhões) de eleitores, foram usados para provocar uma reflexão sobre a seguinte pergunta

¹⁶ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/07/04/interna_politica,779675/partidos-desafiam-a-cri-se-nas-eleicoes-de-2016.shtml>.

¹⁷ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/07/28/interna_politica,788446/cri-se-tira-animo-dos-jovens-eleitores.shtml>.

apresentada na matéria: “como estará o espírito e a cabeça desse jovem estreante?”. Quatro jovens de um colégio particular do ABC paulista foram ouvidos na reportagem, que apresentou trechos de depoimentos deles, com os respectivos nomes e idades, para reafirmar o clima de descontentamento e desinteresse. A reportagem cita que também ouviu estudantes da periferia e, sem ter apresentado nomes, idades e declarações desses jovens, como fez com relação ao outro grupo, se limitou a dizer que “encontrou mais participação política e engajamento em projetos comunitários, mas pouca gente disposta a tirar título de eleitor ou a fim de participar de uma forma mais institucional”. Pode-se inferir que esse segundo grupo seria composto por possíveis beneficiários de programas do governo e que também estariam descontentes e desinteressados.

A matéria “Crise política tira partidos tradicionais da liderança nas eleições municipais”¹⁸, do dia 18 de setembro, também segue o enquadramento de enfatizar as siglas, ao informar que as pesquisas revelavam legendas menores à frente da disputa e uma divisão entre nomes já conhecidos na maioria das capitais brasileiras, apesar de esses nomes não serem citados no texto. Essa reportagem também mostrou que a atual crise política afasta os eleitores dos chamados partidos tradicionais e destaca: “a maioria deles chamuscados ou derretidos por denúncias de corrupção nas três esferas administrativas”, aliado a isso, as características regionais das eleições municipais geraram uma pulverização das legendas.

Na matéria que tem como manchete “Crise política domina debate entre candidatos”¹⁹, divulgada em 19 de setembro, é destacado um jogo político entre os seis principais concorrentes à Prefeitura de São Paulo, quando foram debatidos diversos temas que nacionalizavam o confronto eleitoral, como as reformas propostas pelo presidente Michel Temer, a Operação Lava Jato, a cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o *impeachment* de Dilma Rousseff, além de menções aos padrinhos políticos dos candidatos.

O enquadramento desse grupo de matérias aponta que a crise política trouxe reflexos negativos aos partidos e que o *impeachment* seria o causador do declínio do PT, o que sugere um posicionamento antipetista. Nas reportagens, são apresentados depoimentos de cientistas políticos que ressaltam como a crise favorece a pulverização partidária e o enfraquecimento do PT.

No levantamento de dados, foram identificadas 309 notícias com o termo “*impeachment*”. Em uma análise geral, verifica-se que a maioria não está diretamente relacionada à disputa municipal e sim ao cenário político nacional, mostrando a repercussão do processo de afastamento da ex-presidente, as manifestações pró e contra o *impeachment* e os desdobramentos desse assunto

¹⁸ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/09/18/interna_politica,805155/crise-divide-eleitor-nas-grandes-cidades.shtml>.

¹⁹ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/09/19/interna_politica,805427/crise-politica-domina-debate-entre-candidatos.shtml>.

que foi a principal pauta durante meses. As matérias em que se identifica a relação entre o *impeachment* e as eleições foram em número bem menor e abordam a opinião de candidatos sobre o tema, a influência na vida de alguns candidatos e partidos, como o assunto viraria alvo de debate durante as eleições municipais e como influenciou na disputa.

Nesse sentido, na matéria “Analistas explicam os efeitos do *impeachment* na política”²⁰, postada no dia 28 de agosto, o enquadramento foi como o PT de Dilma e Lula deveria encolher e partidos no poder tendiam a crescer nas eleições 2016. Os efeitos apontados foram: partidos que apoiaram a deposição de Dilma Rousseff poderiam ter desempenho aquém do esperado nas eleições deste ano e PT deveria ser o maior prejudicado com perda de 30% a 50% das prefeituras.

A matéria tem a declaração de um representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) de que “o PT deve ser o maior prejudicado”, além de mostrar a debandada por parte de prefeitos eleitos pela legenda em 2012, “boa parte temendo os efeitos negativos na imagem dos petistas provocados pelas provas de corrupção obtidas pela Operação Lava Jato”. O texto cita a opinião de um cientista político de que “a causa para o estrago no PT não é o *impeachment* em si, mas os fatos que levaram ao processo contra Dilma: o desgaste da Operação Lava Jato na legenda e em seu maior líder, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os desvios de dinheiro identificados na Petrobras e a deterioração da economia brasileira”.

Se a notícia se propôs a mostrar os “efeitos do *impeachment* na política” na visão de analistas, conforme apresentado na manchete, os efeitos apontados na matéria se resumiram nas consequências para o PT, como o declínio do partido e crescimento de legendas menores.

As matérias “Candidatos em São Paulo se manifestam após *impeachment*”²¹, postada no dia da votação no Senado (31 de agosto), e “Candidatos à PBH se dividem sobre *impeachment*”²², publicada no dia seguinte ao julgamento final do *impeachment* (1º de setembro) apresentam o mesmo tipo de enquadramento tratado a seguir.

No caso dos candidatos de São Paulo, três dos cinco concorrentes às eleições municipais que lideravam as intenções de voto se manifestaram sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado: Fernando Haddad (PT), Luiza Erundina (PSOL) e João Doria (PSDB). Os comentários de Haddad e Erundina citam que houve um “golpe institucional” e um “golpe de estado”, os quais afirmam, respectivamente, que “a palavra golpe, sozinha, não ajuda o cidadão a entender o fenômeno” e que “a democracia precisa ser defendida com mais e mais afinco. Os golpistas não

²⁰ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/28/interna_politica,798272/analistas-explicam-os-efeitos-diretos-do-impeachment-na-politica.shtml>.

²¹ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/31/interna_politica,799582/candidatos-em-sao-paulo-se-manifestam-apos-impeachment.shtml>.

²² Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/09/01/interna_politica,799717/candidatos-a-pbh-se-dividem-sobre-impeachment.shtml>.

merecem trégua”. Em seguida, para contrapor, tem uma declaração de Doria de que “Dilma sai ‘pela porta dos fundos’” pela má gestão administrativa e que “o Senado Federal dá neste momento uma demonstração de espírito democrático votando sim pelo *impeachment*”.

De acordo com a matéria sobre as opiniões dos candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte, eles se dividiam entre o “apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff e a rejeição ao processo” que a retirou do mandato. A matéria apresentou os depoimentos de João Leite (PSDB) Alexandre Kalil (PHS), Eros Biondini (PROS), Vanessa Portugal (PSTU), Délio Malheiros (PSD), Marcelo Álvaro Antônio (PR), Reginaldo Lopes (PT), Maria da Consolação (PSOL) e Rodrigo Pacheco (PMDB).

Coincidentemente ao que ocorreu na matéria com os depoimentos dos concorrentes à prefeitura de São Paulo, apenas os candidatos do PT e do PSOL se mostraram contra o *impeachment*. A candidata Maria da Consolação deixou clara a opinião do partido de que “houve no país um golpe de Estado ‘político, jurídico e midiático’”. O petista Reginaldo Lopes destacou: “Hoje venceu a hipocrisia, a demagogia dos corruptos, a ironia dos machistas. Amanhã venceremos de novo, porque temos pessoas como a presidente Dilma que nos inspiram”.

Essas matérias ilustram uma das categorias de análise de enquadramento definida na metodologia: o uso do termo “*impeachment*” (contra o governo Dilma) ao invés de “golpe” (pró-Dilma). Essa escolha infere a um posicionamento do portal Estado de Minas contra o governo do PT. Quando o termo “golpe” aparece nas notícias é sempre na fala de alguma fonte e entre aspas.

Na divulgação do resultado das eleições, no dia 3 de outubro, destacou-se a manchete “Ativistas pró e contra *impeachment* elegem ao menos 13 candidatos no País”²³, a qual enfatiza que “os resultados mais expressivos foram conseguidos pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que liderou os protestos pela saída de Dilma e elegeu oito dos 45 candidatos que lançou”. Conforme a reportagem, “dos movimentos contra o *impeachment* saíram 19 candidatos e cinco foram eleitos”, esses representaram o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento Passe Livre (MPL).

Essa última matéria mencionada se deteve a mostrar os reflexos da crise política e do *impeachment* nas eleições municipais 2016, com ênfase no sucesso de candidatos e partidos que eram contra o governo Dilma Rousseff e, em contrapartida, o declínio do PT e dos partidos que eram aliados ao governo da ex-presidente.

Considerações finais

Ao analisar esse conjunto de matérias, constatou-se que as notícias referentes à crise política apresentam um enquadramento que confirma o descrédito e descontentamento em relação

²³ Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/10/03/interna_politica,810532/ativistas-pro-e-contra-impeachment-elegem-ao-menos-13-candidatos-no-pa.shtml>.

aos políticos e seus respectivos partidos, principalmente o PT e demais legendas que se posicionavam como aliadas ao governo de Dilma Rousseff. Essas matérias também deram muita ênfase ao declínio do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais 2016, isso foi pontuado em praticamente todas as notícias analisadas, o que leva à inferência de um posicionamento “antipetista”. Constatou-se que o termo “*impeachment*” foi usado, em vários momentos, como sinônimo de “PT” e de “Dilma” e, até mesmo, para abordar a corrupção (Operação Lava Jato).

Embora as eleições municipais sempre se configurem como um assunto de maior destaque na mídia, em ano eleitoral, percebeu-se que, pela cobertura jornalística do portal Estado de Minas, o pleito foi relegado a segundo plano. O volume de notícias sobre a crise política e o *impeachment*, com suas consequências, foi superior e mesmo nas matérias a respeito das eleições 2016 esses termos estavam retratados de alguma forma.

Também foi percebido um posicionamento explícito em relação ao *impeachment* da ex-presidente por meio de um conjunto de matérias com um enquadramento que revelou uma tendência a favor do afastamento de Dilma Rousseff (PT), o que foi constatado, inclusive, pela adoção do termo “*impeachment*” e não “golpe”. Essas são algumas das considerações do estudo.

As análises sobre a cobertura jornalística das eleições municipais 2016 no portal Estado de Minas terão continuidade e serão aprofundadas na dissertação do mestrado em curso.

Referências

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1998.

LAVAREDA, Antonio. Principais marcas das eleições municipais brasileiras de 2008. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **Como o eleitor escolhe seu prefeito**. Campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: FGV, 2011

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento**: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. RBCS, vol. 27, n° 79, junho/2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MUNDIM, Pedro Santos; BEZERRA, Heloisa. Televisão, imprensa e voto em Belo Horizonte e Goiânia. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro FGV Editora, 2016.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: XXV Congresso da Intercom. Anais. Salvador: UNEB, 2002.

WESTIN, Ricardo. **Dois presidentes do Brasil sofreram impeachment em 1955**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dois-presidentes-do-brasil-sofreram-impeachment-em-1955>>. Acesso em 26 out. 2016.